

Cuba, os afro-cubanos e a revolução: passado e presente

Bruno José Rodrigues Durães*

Iacy Maia Mata**

Resumo:

O presente texto aborda aspectos relevantes da Revolução cubana, enfocando principalmente os elementos históricos, como as lutas contra o domínio espanhol e a questão dos afro-cubanos. Além disso, nossa intenção aqui foi apresentar alguns dados atuais sobre o país, refletindo sobre o chamado “período especial”, as saídas do governo cubano para enfrentar o pós-89 e os impactos destas políticas nas desigualdades raciais.

Palavras-chave: Revolução cubana, “período especial” e os afro-cubanos.

Abstract:

This paper addresses aspects of the Cuban Revolution, focusing primarily historical elements, the struggle against the Spanish domain and the issue of African-Cubans. Furthermore, our intention here was to present some actual data on the country, reflecting on the "special period", the solutions of the Cuban government for the crisis and its impact on racial inequalities.

Keywords: Cuban Revolution, “special period” and African-Cubans.

Introdução: um pouco da história de Cuba

* Mestre em Sociologia, doutorando em Ciências Sociais/Unicamp, bjduraes@unicamp.br.

** Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia, Mestre em História, doutoranda em História Social/Unicamp, iacymaia@yahoo.com.br.

A história da Revolução cubana é herdeira das tradições de luta do povo cubano (BARSOTTI & FERRARI, 1998: 141). No século XIX, Cuba vivenciou conturbados problemas de ordem política e econômica, com diversos debates e movimentos políticos em prol da independência. Em 1868, uma rebelião liderada pelo advogado Carlos Manuel de Céspedes marca o início da primeira guerra, chamada de Guerra de 10 anos (1868-1878), contra o domínio espanhol, que põe em marcha a abolição da escravidão. Ao final da guerra, a Espanha reinstaura o controle colonial e, em 1880, encaminha através do *Patronato* a abolição do trabalho escravo, que será finalmente decretada no ano de 1886. Cuba saía do escravismo, mas ainda continuava uma colônia latifundiária e agroexportadora.

Ainda na década de 1880, surge uma força dentro das associações dos trabalhadores, o anarquismo, que pregava a “[...] propriedade coletiva e a jornada de trabalho de 8 horas.” (GARCIA, s/d: 04). Em 1892, realizou-se o 1º Congresso dos trabalhadores de Cuba, em Havana, que significou a derrota do cooperativismo reformista e afirmou a luta por demandas de classe e de interesse nacional-popular, como a jornada de 8 horas; a igualdade entre trabalhadores brancos e negros; a necessidade de ações políticas e o apoio à independência de Cuba (BAO, 1988: 124).

Em 24 de fevereiro de 1895, dá-se início à “guerra necessária”, idealizada por José Martí. E, em 1898, com a entrada dos Estados Unidos na guerra contra a Espanha, consegue-se a árdua independência cubana, com um porém: foi dado aos norte-americanos o controle político de Cuba e, em 1º de janeiro de 1899, estes entram militarmente no território cubano para assumir a direção do país. Esse controle foi dado via “tratado da Paz” ou “tratado de Paris” (por ter sido assinado em Paris), no qual os espanhóis e os norte-americanos assinaram um acordo, sem a presença cubana, passando o poder político da ilha para os Estados Unidos (para guiar o país rumo à formação da república). Em 1901, a Assembléia Constituinte de Cuba aprova a Emenda Platt, garantindo a intervenção territorial dos Estados Unidos em Cuba para a defesa dos cidadãos e interesses norte-americanos (BARSOTTI & FERRARI, 1998: 137).¹

O primeiro presidente de Cuba foi Tomás Estrada Palma, em 1902. As disputas partidárias se deram, basicamente, em torno de dois partidos, o liberal e o conservador. Depois da sucessão de alguns presidentes, em 1925, entra no poder o General Gerardo Machado y Morales, que termina por ser deposto por revolta popular – movimentos estudantis e greves gerais. Em 1939, cria-se a Confederação dos Trabalhadores de Cuba (CTC), que em 1961 (pós-revolução) passa a se chamar Central dos Trabalhadores Cubanos (CTC), cujo objetivo é unificar os interesses da classe trabalhadora em geral.

As guerras de independência e a organização do movimento operário são apenas alguns exemplos da história de resistência do povo cubano de que será herdeira a Revolução de 1959 e são menções obrigatórias para a compreensão do “espírito democrático-popular e da autodeterminação nacional” que alimentaram o processo revolucionário, assim como sua resistência atual (Idem, 1998: 141). O objetivo geral deste texto é discutir alguns elementos da história de Cuba, refletindo sobre o passado e o presente da Revolução cubana e o chamado “período especial”, apontando o debate em torno dos afro-cubanos no contexto da revolução.

A Revolução

Em 1952, Fulgêncio Batista chega ao poder por um golpe, mas é forçado a deixá-lo por pressão da “revolução cubana”, em 1959. A história dessa revolução começou no dia 26 de Julho de 1953 com a invasão do forte *Moncada*, em Santiago de Cuba. O levante não foi vitorioso e muitos revolucionários foram presos e outros, mortos. Entre os presos estava o jovem advogado Fidel Castro, que permaneceu preso por 22 meses e escreveu para sua defesa “*La historia me absolverá*”, que serviria como conteúdo programático para a revolução que se iniciava. Deste processo, surge o Movimento Revolucionário 26 de Julho, que, com Fidel Castro à frente, monta guarda revolucionária na Sierra Maestra, planeja a invasão

¹ Além disso, o governo cubano viu-se obrigado a entregar um pedaço do seu território para servir de base militar norte-americana, na baía de Guantánamo.

de Cuba e um levante urbano geral. Na cidade, marcharam o Diretório Revolucionário e o Partido Socialista Popular, entre outros grupos; já nas vilas rurais, marcharam Che Guevara e Camilo Cienfuegos, entre outros revolucionários. Estavam dados os primeiros passos do movimento revolucionário que, acima de tudo, pretendia livrar o país de governos autoritários, subservientes ao imperialismo americano, os quais obtinham lucros com os investimentos na ilha e com a burguesia latifundiária. A partir de 1º de janeiro de 1959, instala-se o governo revolucionário cubano. Desde então, os Estados Unidos declararam um combate feroz contra a recém-liberta república cubana, o que culminou com o estabelecimento do bloqueio econômico total ao país.²

O governo revolucionário instalado iniciou um processo de desmantelamento do sistema político e social neocolonial de dependência dos Estados Unidos. O ponto principal desse início foi a lei de Reforma Agrária de 17 de maio de 1959, que eliminava o latifúndio, nacionalizando todas as propriedades maiores de 420 hectares de extensão e entregando pedaços de terra a dezenas e milhares de camponeses. Era o início da transição para um regime mais igualitário e humanitário, baseado em princípios teóricos da revolução Russa e de Marx, mesmo que de forma diferenciada, como afirma Michel Löwy (1999: 45): “a revolução cubana subverteu claramente a problemática tradicional da corrente marxista até então hegemônica na América Latina. Em outras palavras, ela rompeu com o etapismo stalinista, partindo para uma posição concreta-materialista (real), via luta armada, via luta de classes.”³ Para o referido autor, esse

² Na última década, Cuba conseguiu melhorar suas relações comerciais com alguns países mais distantes da influência dos Estados Unidos, como a China e a Venezuela, fato que representou um importante elemento para a reestruturação financeira da ilha. Em 2006, a ONU condenou o bloqueio a Cuba pelo décimo quinto ano consecutivo, foram 183 votos a favor, 4 contra (Israel, Estados Unidos, Ilhas Marshall e Palau) e 1 abstenção (Micronésia) (TELESUR/AGÊNCIAS, 2006). Como disse Emir Sader (1986: 8), “o jogo, a prostituição e o alcoolismo, estreitamente vinculados ao intenso turismo norte-americano na ilha, completavam o quadro do país, no meio século de tutela dos Estados Unidos”. O que se viveu em Cuba antes da revolução foi uma “sucessão de governos corruptos e golpes militares com o poder [...] nas mãos dos Estados Unidos e seus escroques locais que gerou amplo descontentamento popular [...]” (MARTIN, 1999: 3).

processo cubano fundou um “novo período revolucionário para o marxismo latino-americano” .

Nesse contexto pós-revolucionário, viveu-se no país um dos momentos mais agudos, pois, conforme Morais (1978: 44),

Cuba passou 60 anos dependendo dos Estados Unidos para tudo. A economia, a tecnologia, a indústria, a educação, a cultura, a alimentação, o fornecimento de petróleo, a venda de açúcar [...], da noite para o dia, o governo dos Estados Unidos cortou o cordão umbilical por onde passavam o oxigênio, o sangue, o alimento dos então 5,5 milhões de cubanos.

Para completar esse cenário caótico, ocorreram vários movimentos contra-revolucionários, principalmente por parte dos ex-latifundiários, com apoio norte-americano. Para conter essa onda anti-revolucionária, o governo criou as Milícias Nacionais Revolucionárias e os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), organizações com grande participação popular. Os CDR, ainda hoje, têm forte expressão popular e congregam cerca de 80% da população maior de 14 anos. Funcionam com um representante para cada quadra, uma espécie de síndico de ruas, que administra os acontecimentos de sua quadra. Esses representantes (geralmente um aposentado ou uma dona-de-casa) são eleitos por todos os moradores maiores de 14 anos (MORAIS, 1978). Há também outras entidades de apoio popular à revolução, como a Federação de Mulheres Cubanas e a Associação de Jovens Rebeldes.

Em 1960, Fidel Castro anunciou a nacionalização de todas as propriedades norte-americanas no país (e, em especial, as usinas de açúcar). Nacionalizou também os serviços de telecomunicações, de água, de energia, de transportes, enfim, instituiu o Estado como mantenedor dos principais serviços básicos do país. A partir de 1961, quando Fidel proclama que a Revolução é socialista,⁴ vive-se uma expansão da coletivização dos meios de produção, a redução do papel do mercado, uma maior centralização das decisões

³ A Revolução Cubana inaugura um tipo de ação revolucionária denominado de “foquismo”, na qual ações pontuais e localizadas, de pequenos grupos (guerra de guerrilha), podem desencadear o processo revolucionário.

econômicas, a ênfase no igualitarismo, a redução das diferenças salariais e a expansão dos serviços sociais gratuitos (MESA-LAGO, 2009: 513-516).

Ainda em 1961, o país se livra do analfabetismo e entra em um ritmo crescente de desenvolvimento educacional e social (saúde, cultura, esportes). Um elemento importante que ajudou nas conquistas dessas melhorias foi o trabalho voluntário e comunitário. Um exemplo que ilustra essa situação é a formação das “microbrigadas” de trabalho. Segundo Morais (1978), em 1970 havia três no país, cada uma com 33 trabalhadores, homens e mulheres. Ainda conforme o autor, “[...] um ano depois, já existiam 440 microbrigadas, no fim de 1974, elas tinham crescido para 1125.” (Ibid.: 51). O papel dessas brigadas, primordialmente, foi construir conjuntos habitacionais para os próprios trabalhadores envolvidos, aliviando, assim, o problema habitacional do país. Até fins da década de 1980, a política social de Cuba havia conquistado avanços muito notáveis em educação, saúde, seguridade social e emprego (Idem, 2005).

Conquistas e desafios da Revolução cubana hoje

Com a derrocada do bloco soviético e do socialismo europeu em 1989, Cuba perde seu principal interlocutor no mercado internacional, já que a ex-URSS era quem mantinha a ilha em crescimento, através de transferências monetárias diretas e de subsídios nas relações comerciais. Paralelamente, há o endurecimento do embargo dos Estados Unidos com as leis Torricelli, em 1992, e Helms-Burton,⁵ em 1996 (MESA-LAGO, 2009: 521). Esse momento, pós-89, de ruptura da base de apoio comercial/financeiro cubana foi, para Cuba, o momento histórico com os efeitos

⁴ É Cuba uma economia de mercado nos moldes capitalistas? Ou seria um socialismo de Estado ou uma economia planificada? Para uma maior reflexão sobre Socialismo de Estado, Socialismo de Mercado e economia planificada, ver Carcanholo e Nakatani (2007). E sobre socialismo na atualidade, ver Tonet (2002).

⁵ A Lei Torricelli proíbe às “subsidiárias” de empresas norte-americanas no estrangeiro a investir ou comercializar com Cuba e ancorar em portos norte-americanos barcos com mercadorias cubanas. A Lei Helms-Burton proíbe, entre outras coisas, a importação para os Estados Unidos de produtos cubanos através de outros países (MESA-LAGO, 2009: 523).

econômicos mais devastadores: entre 1989 e 1993, as importações caíram 70% e o PIB decresceu quase 50% (saindo de US\$ 19,3 bilhões para US\$ 10 bilhões) (HAMILTON, 2002: 23). A produção açucareira caiu entre 1992 e 1993 em 40% (CARRANZA *et al*, 1995, *apud* MORALES, 2002: 06).

Diante deste período de crise, conhecido por “período especial”, a princípio, o governo cubano intensificou o sistema de racionamento, fez distribuição eqüitativa das dificuldades e carências, porém não deu conta de solucionar a grave crise econômica do país, o que terminou levando-o a um processo de reformas, que serviria para reestruturar a economia. Contudo, essas reformas de cunho mais liberalizante, voltadas para o mercado capitalista, foram implementadas com ressalvas, principalmente na questão da igualdade social e do bem estar humano (MORALES, 2002).

Assim, entre 1993 e 1995, o governo cubano implementa uma série de reformas: 1º) fragmentação das fazendas coletivas em unidades produtivas menores que passaram a ser autogeridas (embora o destino dos seus produtos ainda fosse gerido pelo poder central); 2º) flexibilização do investimento de capital privado estrangeiro (principalmente no ramo de hotelaria, já que o turismo é um dos principais componentes de sustentação econômica do país, junto com o açúcar e o charuto. O “[...] número de turistas cresceu de 2.770 em 1989 para 1.773.986 em 2000 [...]” (MESA-LAGO, 2003: 9); e, 3º) legalização da posse e circulação de divisas (sobretudo dólares) e do envio a Cuba de remessas do exterior; criação de lojas que vendem em divisas e maior flexibilidade de visitas a familiares no exterior; 4º) autorização de alguns trabalhos por “conta própria”, como os restaurantes caseiros (*paladares*); 5º) novos impostos e aumento nas tarifas de serviços públicos e aumento nos preços de alguns bens de consumo; 6º) autorização a estrangeiros para comprar propriedades imobiliárias voltadas para o turismo e permissão para os cubanos alugarem parte de suas casas a turistas; 7º) criação do “*peso convertible*” (CUC)⁶ (Id., 2009: 525). Essas medidas permitiram, conforme o referido autor, um certo revigoramento da economia cubana. Em 1994, a taxa de crescimento do PIB

⁶ Este passa a substituir oficialmente o dólar (MESA-LAGO, 2009: 529-530). Conforme Wilkinson (2008), o dólar foi retirado de circulação “oficial” em 2005/2006, se mantendo ainda corrente no mercado paralelo.

cubano volta a ficar positiva e entra em ritmo de crescimento.⁷

Em que pese o fato dessa recuperação lenta da economia cubana ter se mostrado sustentável, alguns efeitos sociais negativos têm se manifestado: racionamento; escassez de alimentos, combustível e manufaturas de todo tipo; crescimento do mercado paralelo; perda do valor do peso cubano e cortes nos salários. Segundo Mesa-Lago, a crise atual tem provocado retrocesso em muitos dos avanços alcançados pela Revolução (Id., *ibid.*: 522-523). Um dos piores efeitos da crise diz respeito às mudanças na estrutura das classes sociais geradas pela circulação do dólar/“*peso convertible*” (CUC) na economia cubana.⁸ Apesar das empresas não pagarem em dólar (Id., *ibid.*: 527), o contato com os turistas, as gorjetas, os trabalhos por “conta própria” e a inserção no mercado paralelo têm provocado desigualdade. Um garçom ou um atendente que trabalha em um grande hotel pode, ao final do mês, ganhar muito mais que um professor universitário ou um médico que trabalha nas áreas de educação e saúde (que são públicas). O crescimento da importância de setores propriamente capitalistas, baseados na circulação do CUC, tem significado um aumento no poder aquisitivo de algumas frações da classe trabalhadora cubana, o que já está se traduzindo num aumento da desigualdade: o salário diminuiu 45% entre 1989 e 2002 e a distância entre a renda do mais rico e do mais pobre aumentou de 3,8 para 13,5; a população urbana em risco de pobreza saltou de 6,3% em 1988 para 20% em 1999 (Id., *ibid.*: 528).

A relativa liberalização da “livre iniciativa”⁹ em pequena escala, com a tolerância frente ao crescimento de prestadores de serviços e

⁷ De acordo com Serrano (2007), Cuba teve em 2006 um crescimento de 12,5% do PIB, enquanto o crescimento da América Latina ficou em torno de 5,3%.

⁸ Jose Rodrigues, Ministro de Economia e Planejamento de Cuba, diz que a ilha retirou o dólar de seu sistema monetário em 2005, mas ainda existe um mercado paralelo.

⁹ As pessoas que trabalham na livre iniciativa, em negócios próprios, é chamado de “*cuentapropista*”. “Desde 1968, o governo havia eliminado todo o grande e pequeno setor privado (...), estatizando todas as empresas.” (Morales, 2002: 09). Essa medida onerou demais o Estado e o sobrecarregou com atividades de pequeno porte (cafeteria, restaurantes, etc.). Isso terminou por provocar falhas estatais nessas áreas, fortalecendo o mercado paralelo (TOGORES, 1996, *apud* MORALES, 2002: 10).

trabalhadores “por conta própria”, como mais uma forma de conter a crise econômica do país pós-1989, significou um decréscimo do contingente de trabalhadores assalariados: antes de 1989, 94% da força de trabalho era composta de trabalhadores assalariados, sendo o restante composto de camponeses e trabalhadores autônomos; em 1996, essa porcentagem reduziu-se para 78% de trabalhadores assalariados (HAMILTON, 2002: 27). Junto ao crescimento do desemprego, houve um incremento da desigualdade (MESA-LAGO, 2009: 526).

Todavia, Cuba ainda possui uma baixa taxa de desemprego - a “taxa de desemprego aberto diminuiu de 7,9% em 1989 a 7% em 1997 e a 2,3% em 2003” (CEPAL, 2000, 2004, *apud* MESA-LAGO: 2005), e, conforme o Ministro de Economia e Planejamento de Cuba (José Luis Rodrigues), em 2005 se manteve em 1,9%. Com essa taxa, o país se mantém em uma condição privilegiada entre os países da América Latina e Caribe, pois vive em uma situação de pleno emprego, sem a existência de uma massa de desempregados ou um volumoso contingente de trabalhadores informais, tão comuns na maioria dos outros países do continente. A população de Cuba é estimada em, aproximadamente, 11.200.000 habitantes (dados oficiais do site do governo, www.cubagob.cu). A taxa de mortalidade continua diminuindo, em 2002 era de 6,5% por mil nascidos vivos, a mais baixa do continente depois do Canadá e similar a dos Estados Unidos (*Id.*, *ibid.*, p.195), já em 2006, o país obteve a taxa mais baixa de sua história 5,3% por mil nascidos vivos (SERRANO, 2007). A expectativa de vida, segundo a ONU (julho, 2003), é de 76,5 anos, inferior apenas a da Costa Rica (77,9) e se torna referência por ser a nação mais alfabetizada da América Latina – 96,8% de adultos; além disso, seu sistema de saúde e de educação é inteiramente gratuito (BETTO, 2004).¹⁰ Segundo relatório da Organização Não-governamental WWF (*World Wild Fund*) apresentado em Pequim em 2006, Cuba aparece como o único país no mundo com desenvolvimento sustentável, que cumpre os critérios mínimos para a sustentabilidade. Isso tudo foi obtido e é mantido mesmo após décadas de um criminoso

¹⁰ Em 2006, Cuba recebeu o prêmio anual da Unesco Rey Sejong pelo projeto de alfabetização *Yo sí puedo* (PULSAR/PI, 2006).

bloqueio¹¹ econômico impetrado pelos Estados Unidos.¹²

Conforme o Ministro de Economia e Planejamento de Cuba (José Luis Rodrigues, 2005),¹³ o país passa por um processo de revolução dos transportes, vinculado à redução de gastos energéticos, via estímulo e melhoramento das ferrovias (em 2005, aumentou-se em 13,3% a quantidade de cargas transportadas; no geral, o setor de transportes cresceu 7,7% em 2005 e 15,5% em 2006).¹⁴

Outras importantes medidas positivas apontadas pelo Ministro Rodrigues foram: a elevação do salário mínimo ao dobro; a venda de novos produtos no país, como chocolate e café puro; o aumento da distribuição de sabão e creme dental; a implementação de um programa de moradias para a população, cuja meta era construir 150 mil casas até 2006; o estímulo à produção agropecuária, para expandir a cota de produtos vendidos a preços especiais para a população; o crescimento de 3,2% do setor industrial (sem a indústria açucareira), com destaques para o setor de metalurgia ferrosa (+19%), bebidas e tabacos (+ 6,4%) e combustíveis (+6,1%); o crescimento de 12,3% no setor de serviços turísticos; o aumento de 27,9% nas exportações, sendo 70% disso em serviços (especialmente na área de saúde e biotecnologia) e de 36,4% em importações, principalmente, em combustíveis e alimentos; e, por fim, o crescimento em 11,8% no PIB cubano. Cifra esta que representa, de acordo com o Ministro, a mais alta do período revolucionário, e que foi possível graças à expansão do setor turístico e de construção civil.

¹¹ Ainda assim, segundo Casanova (2005), Cuba se mantém fora da dominação do imperialismo.

¹² Apenas a título ilustrativo do avanço de ações na área de saúde: graduaram-se em Cuba, na área de saúde, de 1966 até 1999, 9.075 estudantes de mais de 106 países e entre 1963 e 1999 participaram do Programa Internacional de Saúde Cubano 40.175 trabalhadores de saúde cubanos em 83 países (Chaple, 2006: 04). Desde 2004, com a implantação do Programa “Operação Milagre” (operações gratuitas de catarata), realizou-se, até 16 de dezembro de 2005, 172.306 operações por toda América Latina (Ministro da Economia e Planejamento de Cuba, José Luis Rodrigues, 2005).

¹³ Em discurso na Assembléia Nacional do Poder Popular, onde fez um balanço de 2005 e uma previsão para 2006.

¹⁴ Para o Ministro, “o controle e a disciplina são elementos decisivos para incrementar a eficiência do transporte de carga, com uma injeção mínima de recursos” (2005).

Segundo Serrano (2007), Cuba teve em 2006 um crescimento de 12,5% do PIB, enquanto o crescimento da América Latina ficou em torno de 5,3%. Segundo o autor (Idem), esse crescimento deveu-se aos acordos petrolíferos com a Venezuela, ao comércio de níquel com a China, ao aumento da produção de petróleo nacional e ao incremento do turismo.

A mudança mais significativa que pode ser sentida em Cuba atualmente é a aproximação, em termos políticos e econômicos, da República Bolivariana da Venezuela. Segundo Mesa-Lago (2009), a Venezuela tem substituído a URSS como grande subsidiador da economia cubana. A partir de 2001, as relações entre Venezuela e a ilha se estreitaram e tem havido investimentos e ajuda econômica à ilha, subsídios nos preços de petróleo exportado a Cuba, assim como contratação pelo governo da Venezuela de mais de 20.000 cubanos entre médicos, pessoal de saúde, educação e segurança interna. A China também tem aumentado o comércio com o Cuba, tornando-se seu segundo sócio comercial. Isso tem permitido ao governo cubano operar uma reversão das reformas em direção ao mercado e já se sente uma diminuição do desemprego (MESA-LAGO, 2009: 531). Quer dizer, o país se mantém economicamente equilibrado, mesmo diante de um contexto de crises globais, até porque a sua realidade não está diretamente ligada às crises do resto do mundo, haja vista que são crises oriundas eminentemente de países estritamente capitalistas, neoliberais, o que a coloca Cuba num contexto singular.

Após essa exposição, de remodelamentos políticos e econômicos, com uma maior aproximação ao mercado capitalista e com o afastamento da figura carismática de Fidel Castro, torna-se premente tratar questões não plenamente resolvidas ao longo da história do país, como a questão racial.

A Revolução Cubana e os afro-cubanos: notas iniciais

Cuba, colônia escravista espanhola até o final do século XIX, foi o penúltimo espaço na América a abolir a escravidão. Os negros integram o passado de luta e resistência do povo cubano contra a escravidão e a dominação colonial. Desse modo, a questão racial coloca-se como problema

para a história cubana pelo menos desde a segunda metade do século XIX e está presente nas guerras de independência, de modo que requer uma breve contextualização.

A Guerra de 10 Anos contra o domínio espanhol, iniciada em Cuba em 1868, era explicitamente abolicionista. Vendo a guerra de independência como caminho para a conquista da liberdade, muitos negros e escravizados foram atraídos para o Exército Libertador. Esta guerra foi fundamental para forçar a Espanha a instituir a Lei Moret, em 1880, estipulando um prazo para o fim da escravidão, que seria finalmente extinta em 1886 (SCOTT, 1991:79).

Em 1895, os cubanos iniciam uma nova guerra pela libertação da dominação espanhola, dessa vez tendo à frente Antonio Maceo, Máximo Gomez e José Martí. Muitos dos negros que participaram dessa segunda etapa da luta pela independência viram nela a possibilidade de transformar sua condição através da conquista de direitos políticos e de melhores condições de vida – expectativas geradas pela abolição e que foram posteriormente frustradas. O fim da guerra, que se dá em 1898 com a entrada dos EUA e a derrota espanhola, é marcado pela ocupação norte-americana na ilha (que vai até 1902) e pela implantação de diversas medidas que formalizarão a subordinação do país recém-independente aos EUA.

O discurso de nação projetado pelas guerras de independência (uma nação para todos os cubanos e a possibilidade de democracia racial) e o papel que os negros desempenharam nestas lutas permitiram que houvesse uma inclusão dos negros na cena pública a partir da aprovação, em 1901, do sufrágio universal masculino. As garantias formais conquistadas pelos negros cubanos na esteira da guerra pós-independência abriram caminhos mais largos para a negociação, como o direito ao voto, ao serviço militar e maior acesso à educação. No entanto, o racismo privado, cotidiano, apesar das declarações públicas de igualdade racial, continuou permeando as relações sociais (SCOTT, 2005).

Cuba, ao se tornar uma nação independente do domínio espanhol e constituir uma república, foi palco de um importante evento da história das relações raciais e de resistência, ainda pouco conhecido no Brasil, que é a tentativa frustrada de fundação de um partido negro, em 1912, chamado

“Partido dos Independentes de Cor”. A fundação do partido foi proibida e o levante armado para tentar garantir a sua criação vai ter como resultado o massacre de milhares de afro-cubanos pela república nascente (HELG, 2000). A autora Aline Helg (2000) defende a ideia de que a sociedade cubana, mesmo após a abolição, continuou dividida por “raças” e que o mito da democracia racial fora uma estratégia para negar aos negros as reivindicações de igualdade racial e funcionou como base para acusações de que qualquer reivindicação da raça negra fosse vista como racista e brutalmente reprimida. Teria tido, portanto, um efeito desmobilizador para os negros e contribuía para sua permanência num lugar social de inferioridade. Para a autora, esse evento pode ser interpretado como expressão dos limites e da fragilidade do mito da democracia racial em Cuba, já que expôs o racismo contra os negros na sociedade cubana, que estivera sempre presente, embora dissimulado pela ideia de igualdade e fraternidade racial construída sobretudo a partir das alianças inter-raciais firmadas durante a guerra contra a Espanha (HELG, 2000).

Uma outra interpretação é a que considera que o mito da democracia racial criou oportunidades sociais e políticas para os de baixo, a partir da capacidade desses grupos de manipulá-lo para sua própria vantagem, viabilizando, por exemplo, conquista de direitos políticos para todos a partir da aprovação do sufrágio universal masculino, como afirma Alejandro de La Fuente (1999). Mais do que uma ideologia racial excludente, a ideia de democracia racial em Cuba, pelo menos no nível retórico, significou a inclusão de grupos raciais subordinados na ideia de nacionalidade e permitiu, para alguns, mobilidade social. O discurso de integração racial impôs limitações às elites no sentido de que impossibilitou a imposição de segregação formal, modelo vigente nos Estados Unidos e que poderia ser implantado em Cuba a partir da experiência de ocupação dos norteamericanos na ilha (1898-1902). Além disso, ao mesmo tempo em que o mito pode ter dificultado formas de mobilização política que tivessem como eixo central a identidade racial, permitiu também outros tipos de mobilização e associação multirracial, como, por exemplo, movimento operário, greves e organizações sindicais multirraciais (LA FUENTE, 1999: 39-73).

Esse discurso influenciou, por exemplo, uma definição de cidadania inclusiva em 1901, quando foi aprovado o sufrágio universal masculino. Assim, também num nível prático, e não meramente retórico, o discurso da fraternidade racial abriu espaços de atuação política para os negros (LA FUENTE, 1999: 51-59). Para La Fuente (1999), o massacre provocado pela tentativa de formação de um partido dos homens de cor não deve ser interpretado como exemplo de que a democracia racial era apenas um mito; pelo contrário, seria exemplo da força dessa ideologia e da sua capacidade de obstaculizar organizações e mobilizações políticas baseadas na noção de raça.

No curso da Revolução Cubana, a presença dos negros não é tão significativa quanto fora nas guerras de independência; os afro-cubanos não desempenharam papel importante no ataque ao Quartel de Moncada e tampouco atuaram massivamente na guerra de guerrilha (GOTT, 2006: 199). O fato de não haver um programa político voltado especificamente para a população negra e a identificação que muitos negros tinham com o ditador Fulgêncio Batista - que era “mulato”, também barrado nos clubes só para brancos, e que participava de rituais de *santería* (religião afro-cubana) - seriam algumas das explicações para o distanciamento de muitos negros da revolução. Além disso, com a inviabilização do partido dos homens de cor, os afro-cubanos perderam a possibilidade de construir um espaço de articulação política próprio, organizado a partir da identidade racial, e continuaram atuando nos partidos políticos, sindicatos e outras formas de organização que não tinham como reivindicação o fim da discriminação racial. Apesar disso, muitos dos negros que participaram da Revolução e da resistência urbana perceberam nela a possibilidade de completar a abolição e a independência (GOTT, 2006: 200).

Após a vitória da Revolução, Fidel Castro proferiu o discurso, depois intitulado “Proclamação contra a Discriminação”, em que convocou uma campanha contra a discriminação racial, na educação, no emprego e em todas as instalações públicas. Além disso, a Revolução desativou (ou eliminou o critério racial de) todos os clubes, escolas e espaços só para brancos (GOTT, 2006: 200). Por outro lado, opondo-se ao separatismo negro

(mesmo fantasma que atormentou os independentistas nas guerras anticoloniais e que justificou o massacre de 1912), Fidel encaminhou o fechamento e enfraquecimento das sociedades negras, que eram importantes espaços de resistência desde os tempos da escravidão (GOTT, 2006: 201).

A política de Estado na Cuba pós-revolucionária foi durante algum tempo declarar que a questão racial estava resolvida. Apesar de ter havido um significativo progresso no tratamento da questão (comparando-se com o período anterior) e de todas as conquistas revolucionárias para os negros (educação, saúde...), já que se tratava de melhorias sociais coletivas, o racismo e as desigualdades raciais ainda são um problema presente em Cuba hoje¹⁵ (SAWYER, s/d: 51). Apesar de possibilitar melhorias nas condições materiais de grande parte da população negra, a Revolução não construiu um programa de discriminação positiva e sempre temeu a organização dos afro-cubanos como negros (GOTT, 2006: 201-202). Uma organização política dessa natureza poderia significar fragmentação, fissuras e divisionismo dentro de Cuba e se tornar um ponto de fragilidade na luta pela defesa da soberania e unidade nacional. A presença de negros nos espaços de poder ainda é limitada e o racismo, apesar de combatido, ainda é um elemento presente na sociedade cubana.

No “período especial”, após o endurecimento do embargo dos Estados Unidos a Cuba, a dupla circulação de moeda, o investimento no turismo e as políticas adotadas pelo governo cubano para enfrentar a crise têm contribuído para recriar e reforçar antigas desigualdades raciais.

O turismo, alternativa encontrada para a crise provocada pelo isolamento de Cuba no mercado mundial com a queda da URSS, gerou o crescimento da prostituição, da desigualdade e da tensão racial. Hotéis, lojas e restaurantes aceitam apenas o *peso convertible* (CUC) e, em geral,

¹⁵ Mark Sawyer é autor do livro *Racial Politics in Post-Revolutionary Cuba*, publicado em 2006 pela Cambridge University Press, mas as citações neste artigo se referem ao texto “Racial Politics in Post-Revolutionary Cuba”, apresentado pelo autor no Projeto Raça e Democracia nas Américas – II Oficina de Metodologia, Julho/Agosto de 2005, no Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia.

são frequentados apenas por turistas. Nas condições difíceis em que se encontra a ilha, muitos afro-cubanos acreditam que possuem menos possibilidades de ter acesso ao “*peso convertible*” e aos empregos mais “lucrativos”, como os do ramo do turismo; para alguns afro-cubanos, há mais dificuldades para os negros ocuparem postos de emprego nos hotéis que para os brancos (SAWYER, 2005:56-57).

Um outro fator que aprofunda as desigualdades raciais é a remessa de dinheiro dos emigrados cubanos. A maior parte dos cubanos-americanos (cerca de 92%) é branca e envia dinheiro para os familiares brancos que residem em Cuba, o que lhes permite o acesso aos bens que são vendidos apenas em “*peso convertible*” e, ao mesmo tempo, participar de algum modo da indústria turística através dos restaurantes caseiros, chamados *paladares*, e do aluguel de parte da casa para turistas, por exemplo (Idem, 59).

Com dificuldades para participar destes pequenos empreendimentos autorizados pelo Estado, os afro-cubanos, em maior proporção que os brancos, acabam por participar de algumas atividades do mercado paralelo - pequenos crimes, prostituição e comércio ilegal -, o que “[...] reforça associações entre raça e criminalidade [...]” (Idem, 61).

A habitação em Cuba também pode ser analisada do ponto de vista racial. Houve grandes progressos em direção à igualdade no acesso à habitação; é incomparável o nível de desigualdade e segregação anterior à revolução, mas ainda hoje pode-se falar de bairros majoritariamente ocupados por brancos, como Miramar e Vedado, e de bairros ocupados por maioria de negros, como Centro-Havana (Idem, 78).

O debate racial em Cuba também está vinculado ao embargo e aos ataques dos Estados Unidos à Revolução. Assim, há o receio de que uma política mais agressiva em relação à questão racial provoque divisões na sociedade cubana que possam ser exploradas por Miami, mas a questão racial tem sido posta em xeque por muitos afro-cubanos e é considerada ainda não resolvida pela Revolução (SAWYER, 2005: 74-75).

A discussão sobre a desigualdade racial em Cuba é complexa e deve ser interpretada à luz do “período especial” (pós-1989) que a ilha atravessa.

Se é verdade que a Revolução não trouxe consigo políticas de ações afirmativas capazes de enfrentar as desigualdades sociais e raciais articuladamente, é inegável que as políticas de “igualitarização” beneficiaram os afro-cubanos, garantindo-lhes acesso a educação, saúde, emprego, talvez jamais visto em toda a América. Não por acaso, há indicadores sociais em Cuba para o ano de 1981 que indicam mais igualdade entre negros e brancos. No entanto, na medida em que essas políticas encontram-se ameaçadas e que há a produção de novas desigualdades, são recriadas e reforçadas as desigualdades raciais (Idem, 2005).

Conclusões

Cuba parece viver em uma espécie de economia solidária e de escassez, muito mais socialista do que capitalista, onde o Estado ainda exerce o papel primordial nos movimentos do país. Ou seja, o governo distribui e controla todos os setores, bem como, otimiza a utilização dos recursos, mantendo sempre uma forte política de racionamento e equacionamento dos gastos.

Referir-se a Cuba hoje, no cenário do mundo neoliberal, de relações de trabalho flexíveis, é estar atento a uma das características mais peculiares que parece ser perene naquela ilha: “um movimento de solidariedade [que] nasce precisamente num dos países mais desprotegidos [...] como se tivesse que ser uma conseqüência lógica de tudo que se passa [ali]” (SARAMAGO, 2005: 06). E essa característica é um dos elementos fortes de combate aos avassaladores valores capitalistas do momento atual (individualismo, consumismo, mercantilização da vida), que tentam imprimir uma homogeneidade global, sem fronteiras, que serve, na verdade, apenas para autovalorização do capital.

Cuba representa, sem dúvida, um pólo de inspiração para se pensar em formas de organização social diferentes da predominante hoje no capitalismo. Serve como uma fonte renovável de estímulos para um mundo mais igualitário, onde, verdadeiramente, os povos possam ter acesso aos benefícios sociais (saúde, educação, lazer, esporte, etc.). É, pois, uma

possibilidade viva de uma realização humana equitativa e justa.

Um dos grandes desafios da revolução cubana é pensar como as desigualdades sociais e raciais estão sobrepostas e por quais caminhos se pode chegar a uma sociedade radicalmente igualitária que faça não somente o combate ao racismo, mas que lute também para eliminar qualquer tipo de hierarquia racial.

Bibliografia

- BAO, Ricardo Melgar. *El movimiento obrero Latino-Americano*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- BARSOTTI, Paulo e FERRARI, Terezinha. A propósito de Cuba e da Revolução. In: PERICÁS, Luís Bernardo e BARSOTTI, Paulo. *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998, pp. 131-150.
- BETTO, Frei. "Cuba resiste, solidariamente". *Boletim Proealc*. nº 22, Centro de Ciências Sociais, UERJ, Rio de Janeiro, jan.-fev. 2004.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. "A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica". *História*, v. 22, n. 2, 2003.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias; NAKATAMI, Paulo. "A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos 1960". *Outubro*, n. 15, 2007, p.195-231.
- CASANOVA, Pablo González. "O imperialismo, hoje". *Tempo*, Niterói, v. 9, n. 18, 2005.
- CHAPLE, Enrique Beldarraín. "Public health in Cuba and its international experience (1959-2005)". *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, 2006.
- GARCIA, D. Tercero. *História de Cuba: la revolución cubana*, s/d. Em: <http://dhistoria.com/historia/cuba.htm> consultado em abr. 2006.
- Governo Cubano. <http://www.cubagob.cu> (site oficial do governo cubano).
- GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

- HAMILTON, Douglas. "Whither Cuban Socialism? The changing political economy of the Cuban Revolution". *Latin American Perspectives*. vol. 29, nº 124. mai. 2002.
- HELG, Aline. *Lo que nos Corresponde: a lucha de los negros y mulatos por la igualdad en Cuba, 1886-1912*. La Habana: Ediciones Imagen Contemporánea, 2000.
- Alejandro de La Fuente, "Myths of racial democracy: Cuba, 1900-1912" In. *Latin American Review*, Vol. 34, N. 3 (1999), pp. 39-73.
- LÖWY, Michel (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1905 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MARTIN, Jorge. *Cuba: 40 anos depois, defender as conquistas da revolução*. 1999. Em: http://marxist.com/languages/portuguese/cuba_40anos.html, consultado em abr. 2006.
- MESA-LAGO, Carmelo. "Problemas sociales y económicos em Cuba: durante la crisis y la recuperación". *Revista da CEPAL*, n.86, ago. 2005.
- _____. "A economia cubana no início do século XXI: avaliação do desempenho e debate sobre o futuro". *Opinião Pública*. vol. 9, n. 1, mai. 2003. Em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000100008&lng=en&nrm=iso, consultado em jan. 2007.
- _____. Historia y evaluación de medio siglo de políticas económico-sociales em Cuba socialista, 1959-2008 In: NARANJO OROVIO, Consuelo (Coord.). *Historia de Cuba. Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Ediciones Doce Calles, S.L.*, 2009, pp. 507-537.
- Instituto de Historia de Cuba. *Cuba*. Em: http://www.cubagob.cu/otras_info/historia/inicio.html, consultado em abr. 2006.
- Ministro de Economia e Planejamento de Cuba, José Luis Rodrigues na Assembléia Nacional do Poder Popular, *Discurso*, em 2005. Em: <http://www.cubagob.cu/>, consultado em jan. 2007.
- MORAIS, Fernando. *A ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*. 14ª ed., São Paulo: Editora Alfa-omega, 1978.
- MORALES, Aymara Hernández. *Las reformas cubanas de los noventa ¿alternativa a la hegemonia neoliberal en América Latina? Promesas y*

Bruno José Rodrigues Durães e Iacy Maia Mata

- realidad. Informe final del concurso: Fragmentación social y crisis política e institucional en América Latina y el Caribe*. Programa Regional de Becas CLACSO. 2002. Em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2001/hernandez.pdf>, consultado em jan. 2007.
- PULSAR/PL. *Cuba recibirá premio de la UNESCO por el "Yo sí puedo"*, 04/11/2006. Em: www.rebelion.org/noticia.php?id=40617, consultado em jan. 2007.
- SADER, Emir (Org.). *Fidel Castro*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- SAWYER, Mark Q. *Racial Politics in Post-Revolutionary Cuba*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- SARAMAGO, José. *Entrevista a Rosa Mirinam Elizalde*. Em: <http://resistir.info/>, consultado em abr. 2006.
- SCOTT, Rebecca J. *A Emancipação Escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Campinas: EDUNICAMP, 1991.
- SERRANO, Pascual. *Cuba en el año 2007. Diagonal*. Cuba, 23/01/2007. Em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=44786>, consultado em jan. 2007.
- TELESUR, Agências. *ONU condenó por abrumadora mayoría bloqueo estadounidense contra Cuba*, 09/11/2006. Em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=40957>, consultado em jan. 2007.
- TONET, IVO. *Sobre o Socialismo*. Curitiba: Ed Livros Editora, 2002.
- UOL. *WWF aponta Cuba como único país com desenvolvimento sustentável*. Em: <http://bichos.uol.com.br/ultnot/efe/ult2629u427.jhtm>, notícia do dia 24/10/2006 (acesso em 23 de junho de 2007).
- WILKINSON, Stephen. "Do Período Especial à ascensão de Raul". *Le Monde Diplomatique*. Julho de 2008. Em: http://diplo.uol.com.br/2008-07_a2512, acesso em 28 de maio de 2009.